



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

1

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE GUARABIRA

Equipe de Correição: Silvano José Soares de Figueiredo Gomes, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Maria Elizabete dos Santos Melo, Reginaldo Pires Moura Brasil, Silvana Marsicano Franca, Silvano José Soares de Figueiredo Gomes, Valdélio Ventura Paulo, Adalcídio Pereira Júnior, Joy Allan de Sousa.

Jurisdição	Alagoa Grande, Alagoinha, Araçagi, Araruna, Areia, Bananeiras, Belém, Borborema, Cacimba de Dentro, Caiçara, Casserengue, Cuitegi, Dona Inês, Duas Estradas, Guarabira, Lagoa de Dentro, Logradouro, Mari, Mulungu, Pilões, Pilõezinhos, Pirpirituba, Riachão, Serra da Raiz, Serraria, Sertãozinho, Solânea, Tacima
Normativo de criação	Lei nº 7.471, de 30/4/1986
Data de instalação	14/9/1987
Data da última correição	4 e 5/6/2018
Período de correição	29/10 a 11/11/2019

Aos 11 dias de novembro de 2019, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Vice-Presidente e Corregedor **LEONARDO JOSÉ VIDERES TRAJANO**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da Vara do Trabalho de Guarabira, em cumprimento ao disposto no inciso I do artigo 25 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Editais de Correição 017/2019 e 018/2019, publicados no DA-e e DEJT, como também no sítio eletrônico deste Regional, e enviados à Secretaria da Vara por correio eletrônico.



O Desembargador Corregedor foi recebido pelo Juiz Titular, Antônio Cavalcante da Costa Neto, pelo Juiz Substituto, Albérico Viana Bezerra, pela Diretora de Secretaria Substituta e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas SUAP, e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de 1º/5/2018 a 30/9/2019 (17 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrado Titular

Juiz Titular	Titularidade na Unidade
Antônio Cavalcante da Costa Neto	29/5/2004 - Ato TRT GP nº 74/2004

1.1.1 Afastamentos de Jurisdição – Juiz Titular (Fonte: SUAP)

Motivação	Normativo	Período	Dias
Convocação TRT	Ato TRT GP nº 165/2018	29/5/2018 a 29/5/2018	1
Convocação TRT	Ato TRT GP nº 175/2018	7/6/2018 a 7/6/2018	1
Convocação TRT	Ato TRT GP nº 205/2018	26/6/2018 a 26/6/2018	1
Convocação TRT	Ato TRT GP nº 240/2018	12/7/2018 a 12/7/2018	1
Férias	Protocolo TRT nº 11990/2017	17/7/2018 a 15/8/2018	30
Convocação TRT	Ato TRT GP nº 292/2018	28/8/2018 a 28/8/2018	1
Convocação TRT	Ato TRT GP nº 321/2018	26/9/2018 a 26/9/2018	1
Convocação TRT	Ato TRT GP nº 339/2018	22/10/2018 a 20/12/2018	60
Férias	Protocolo TRT nº 12104/2018	22/1/2019 a 20/2/2019	30
Convocação TRT	Ato TRT SPG nº 067/2019	26/2/2019 a 26/2/2019	1
Convocação TRT	Ato TRT GP nº 096/2019	26/3/2019 a 26/3/2019	1
Compensação	Protocolo TRT nº 03134/2019	16/4/2019 a 16/4/2019	1
Convocação TRT	Ato TRT SGP nº 128/2019	30/4/2019 a 30/4/2019	1
Convocação TRT	Ato TRT SGP nº 174/2019	28/5/2019 a 28/5/2019	1
Compensação	Protocolo TRT nº 05726/2019	18/6/2019 a 18/6/2019	1



Férias	Protocolo TRT nº 12104/2018	25/6/2019 a 24/7/2019	30
Convocação TRT	Ato TRT SGP nº 231/2019	30/7/2019 a 30/7/2019	1
Total			163

Importante ressaltar que, durante grande parte do período correicionado, o Magistrado Titular esteve convocado para substituir os Desembargadores do Tribunal.

1.1.2 Magistrado Substituto Fixo

Juiz Substituto Fixo	Fixação na Unidade
Albérico Viana Bezerra	19/6/2019 – Ato TRT SCR nº 068/2019

Registre-se, na oportunidade, que não houve afastamento legal do Juiz Substituto Fixo durante o período de junho a setembro de 2019.

1.2 Assiduidade dos magistrados

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face do Magistrado Titular e dos Juízes que atuaram na Vara durante o período correicionado.

1.3 Servidores lotados na Unidade

A Vara do Trabalho de Guarabira conta, atualmente, com **14** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Fernando Nicolau de Araújo	Técnico Judiciário – Assistente III	17/9/1991
Flávio Félix do Nascimento	Analista Judiciário – Diretor de Secretaria	9/6/2004
Francisco Petrônio Alves	Secretário de Audiência	7/3/2016
Germana Lúcia Batista de Almeida	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	1º/4/1993
Glauco Vladimir Meira Costa	Técnico Judiciário – Calculista	6/10/2017
Guimualdo Barbosa de Farias	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	6/10/2017
Gustavo de Moraes Bittencourt	Analista Judiciário – Oficial Justiça Avaliador Federal	2/7/2018



ATA DE CORREIÇÃO – VARA DO TRABALHO DE GUARABIRA 4

Hugo Ponce Leon Porto	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	20/8/2003
José Spartaco Cardoso	Analista Judiciário – Oficial Justiça Avaliador Federal	6/10/2017
Rafaela Albuquerque Pinto Brandão Costa	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	25/6/2019
Roberto Barbosa Aguiar	Técnico Judiciário – Secretário de Audiência	5/12/2016
Severino Artur da Silva	Técnico Judiciário	1º/4/1993
Valter Luís de Souza Cavalcanti	Técnico Judiciário – Calculista	1º/4/1993
Willane de Freitas Oliveira	Analista Judiciário – Assistente III	13/3/2017

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Vara do Trabalho de Guarabira adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa processual no SUAP e no PJe.

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a Vara do Trabalho de Guarabira contabilizava, em 30/9/2019, um acervo processual de **4.190** processos:

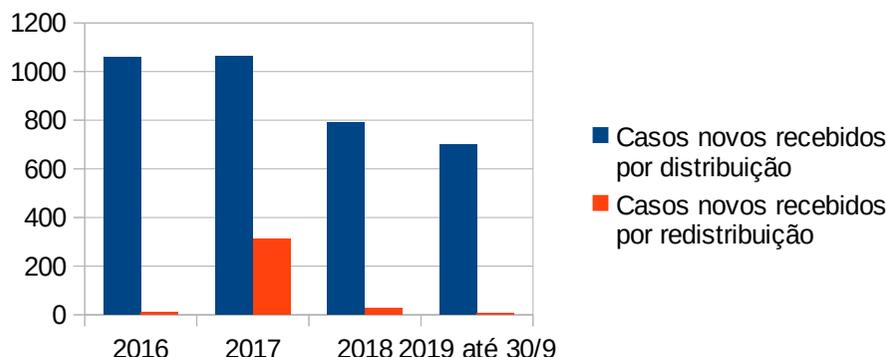
Item	Quantidade
Fase de conhecimento	726
Fase de liquidação	117
Fase de execução	3.326
Cartas precatórias e de ordem	21

2.1 Fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

2.1.1 Casos novos

Item	2016	2017	2018	2019 até 30/9
Casos novos recebidos por distribuição	1.059	1.063	790	699
Casos novos recebidos por redistribuição	9	312	28	7
TOTAL	1.068	1.375	818	706

Desse acervo, são processos do tipo “tramitação preferencial”: no exercício de 2016 **270**; em 2017, **283**; em 2018, **258**; e até 30/9/2019, **291** processos.



2.1.2 Pendentes de solução (Fonte: e-Gestão)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2016	Em 31/12/2017	Em 31/12/2018	Em 30/9/2019
Aguardando a 1ª sessão de audiência	110	256	84	79
Aguardando o encerramento da instrução	270	164	59	92
Aguardando a prolação de sentença	142	109	52	70
TOTAL	522	529	195	241

2.1.3 Pendentes de finalização (Fontes: e-Gestão e Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2016	2017	2018	2019 até 30/9	Variação (%)		
					2016/2017	2017/2018	2018/2019
Fase de conhecimento	1.275	1.552	989	726	21,73%	- 36,28%	- 26,59%
Fase de liquidação	12	110	175	117	816,67%	59,09%	- 33,14%
Fase de execução	1532	2417	2648	3326	57,77%	9,56%	25,60%



*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as execuções provisórias em autos suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as execuções provisórias em autos suplementares apensadas aos autos principais.

3 PRODUTIVIDADE DA UNIDADE

3.1 Panorama das audiências

A Unidade realiza audiência de segunda a quinta-feira.

A última audiência agendada pela Unidade:

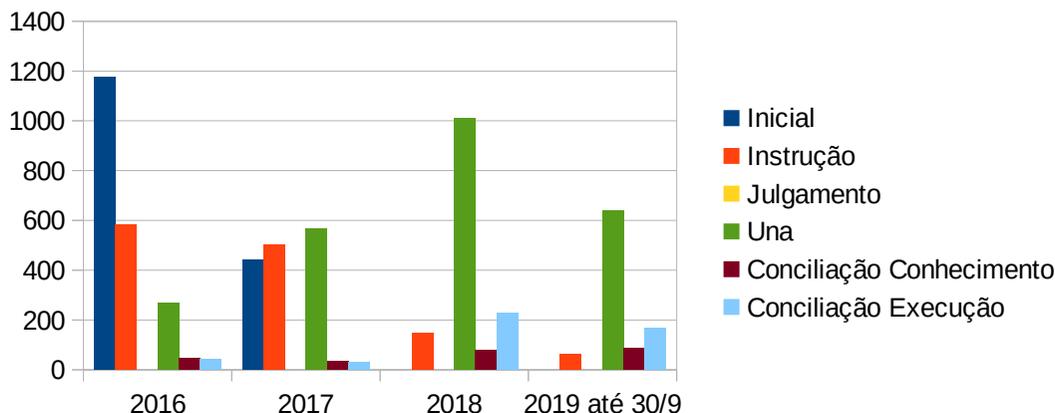
0000803-04.2019.5.13.0010	3/12/2019
---------------------------	-----------

3.1.1 Processo fora de pauta

0000118-02.2016.5.13.0010	Aguardando solução referente ao processo 0800771-34.2016.8.15.0181 da Justiça Comum
---------------------------	---

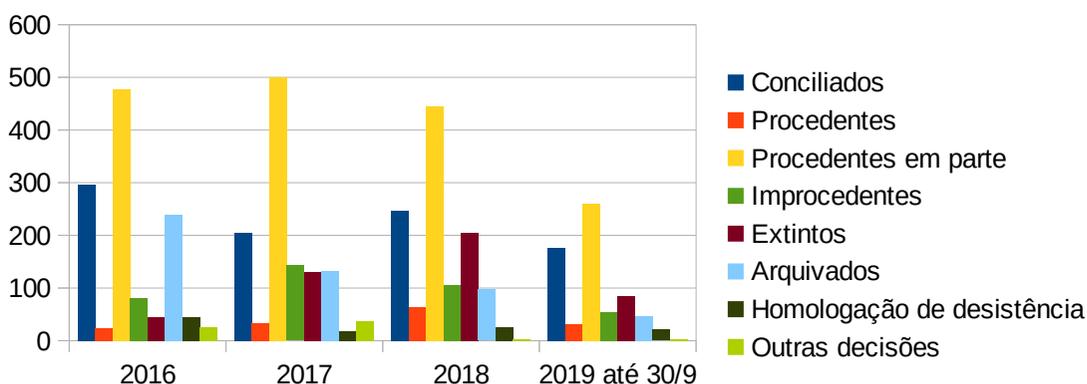
3.1.2 Audiências realizadas (Fonte: e-Gestão)

Item	2016	2017	2018	2019 até 30/9
Inicial	1.176	441	-	-
Instrução	583	503	146	63
Julgamento	-	-	-	-
Una	266	565	1.011	638
Conciliação Conhecimento	47	36	79	88
Conciliação Execução	43	31	229	166
TOTAL	2.115	1.576	1.465	955



3.2 Solucionados na fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

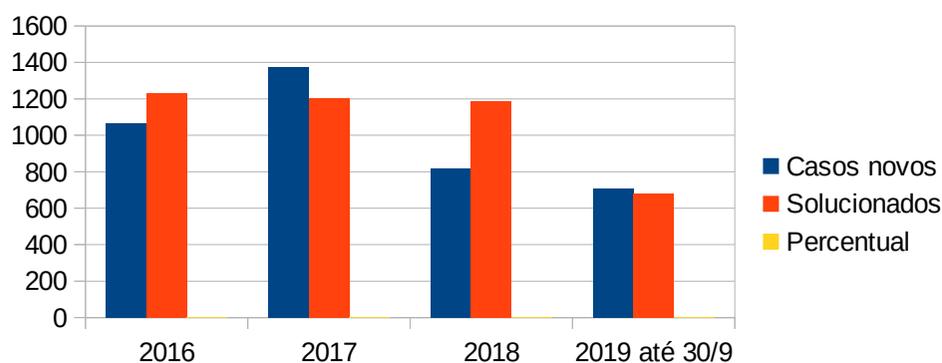
Item	2016	2017	2018	2019 até 30/9
Conciliados	296	205	247	177
Procedentes	23	34	63	32
Procedentes em parte	478	500	445	260
Improcedentes	80	143	105	55
Extintos	44	131	204	84
Arquivados	239	133	97	47
Homologação de desistência	45	18	25	21
Outras decisões	26	38	2	3
TOTAL	1.231	1.202	1.188	679





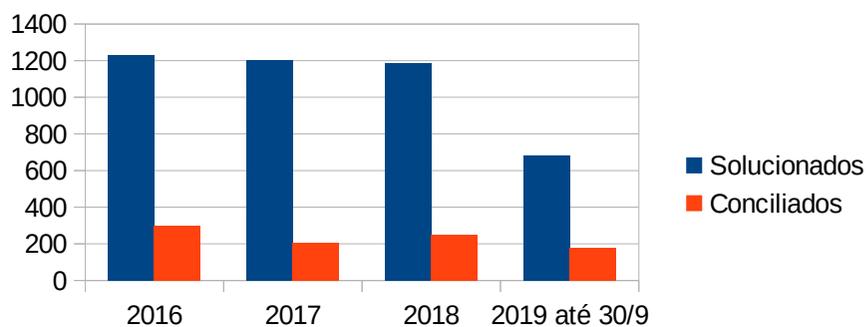
3.2.1 Índice de solução x casos novos (Fonte: e-Gestão)

Item	2016	2017	2018	2019 até 30/9
Casos novos	1.068	1.375	818	706
Solucionados	1.231	1.202	1.188	679
Percentual	115,26 %	87,41%	145,23%	96,17%



3.2.2 Índice de conciliados x solucionados (Fonte: e-Gestão)

Item	2016	2017	2018	2019 até 30/9
Solucionados	1.231	1.202	1.188	679
Conciliados	296	205	247	177



**3.3 Produtividade dos magistrados – solucionados** (Fonte: e-Gestão)

Magistrado	Com Exame do Mérito						Sem Exame do Mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Outras Decisões	Arquivado	Extinto	Desistência/Outras Decisões	
Antônio Cavalcante Da Costa Neto	154	50	225	50	60	-	53	64	20	676
Albérico Viana Bezerra	41	2	31	9	2	-	13	7	6	111
Ana Paula Cabral Campos	5	-	4	-	-	-	-	-	-	9
Clóvis Rodrigues Barbosa	37	4	46	9	-	-	21	3	4	124
Francisco Xavier de Andrade Filho	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
José Guilherme Marques Júnior	92	5	135	47	29	-	19	66	3	396
Luíz Antônio Magalhães	10	9	8	6	6	-	6	1	-	46
Marcello Wanderley Maia Paiva	36	9	71	9	1	-	9	19	10	164
Mirella Darc de Melo Cahú Arcoverde de Souza	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1

No período correccionado, o Juiz Titular laborou **375** dias, perfazendo uma média de produção correspondente a **1,8** processo/dia. O Juiz Substituto laborou **112** dias no período de junho a setembro do ano em curso, perfazendo uma média de produção correspondente a **0,91** processo/dia.

Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

**3.3.1 Sentenças Líquidas** (Fonte: e-Gestão)

Juiz	Líquida	Procedente	Procedente em Parte	%
Antônio Cavalcante da Costa Neto	227	50	225	82,55%
Albérico Viana Bezerra	13	2	31	39,39%
Ana Paula Cabral Campos	4	-	4	100%
Clóvis Rodrigues Barbosa	49	4	46	98%
Marcello Wanderley Maia Paiva	69	9	71	86,25%
Luiz Antônio Magalhães	17	9	8	100%
José Guilherme Marques Júnior	1	5	135	0,71%

3.3.2 Incidentes julgados (Fonte: e-Gestão)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Impugnação à sentença de liquidação	Embargos à execução	Embargos à arrematação/adjudicação	Exceção de pré-executividade	Total
Antônio Cavalcante da Costa Neto	97	54	4	134	-	4	291
Albérico Viana Bezerra	7	8	2	-	-	-	17
Mirella Darc de Melo Cahu Arcoverde de Souza	-	-	1	-	-	-	1
José Guilherme Marques Júnior	36	7	2	23	-	-	68
Luiz Antônio Magalhães	6	1	-	-	-	-	7
Clóvis Rodrigues Barbosa	29	1	-	2	-	-	35
José Artur da Silva Torres	1	-	-	-	-	-	1
Marcello Wanderley Maia Paiva	14	6	-	19	-	-	39

**3.4 Produtividade dos magistrados – audiências realizadas** (Fonte: e-Gestão)

Juiz	Una	Conciliação Conhecimento	Instrução	Conciliação Execução	Total
Antônio Cavalcante da Costa Neto	510	58	43	207	818
Albérico Viana Bezerra	180	10	33	38	261
José Guilherme Marques Júnior	384	21	29	55	489
Luiz Antônio Magalhães	47	3	2	3	55
Clóvis Rodrigues Barbosa	117	16	14	20	167
Marcello Wanderley Maia Paiva	169	32	10	51	262
Ana Paula Cabral Campos	7	3	-	-	10
Joliete Melo Rodrigues Honorato	-	4	-	-	4
Lindinaldo Silva Marinho	-	2	-	-	2

3.5 Índice de congestionamento**3.5.1 Índice de congestionamento – fase de conhecimento** (Fonte: TRT13 em números)

Item	2016	2017	2018	2019 até 30/9
Processos de conhecimento baixados	1.189	1.145	1.198	628
Casos novos de conhecimento	1.068	1.375	818	706
Casos pendentes de conhecimento	754	721	311	376
Taxa de congestionamento	34%	45%	- 6%	42%

3.5.2 Índice de congestionamento – fase de execução (Fonte: TRT13 em números)

Item	2016	2017	2018	2019 até 30/9
Processos de execução baixados	186	469	897	1.580
Casos novos de execução	533	1.095	758	767
Casos pendentes de execução	1.310	1.862	1.723	2.307
Taxa de congestionamento	90%	86%	64%	49%



3.6 Incidentes Processuais (Fonte: e-Gestão)

Item		2016	2017	2018	2019 até 30/9
Embargos de declaração	Recebidos	87	154	156	96
	Baixados	57	165	150	112
	Pendentes	58	38	41	21
Antecipação de tutela	Recebidos	79	97	40	67
	Decididas	75	94	39	59
	Pendentes	3	2	2	5
Impugnação à sentença de liquidação	Recebidos	10	9	12	11
	Baixados	3	6	16	4
	Pendentes	9	12	5	11
Embargos à execução	Recebidos	21	32	144	59
	Baixados	10	22	139	52
	Pendentes	20	27	27	24
Embargos à arrematação/ adjudicação	Recebidos	1	-	3	-
	Baixados	-	1	3	-
	Pendentes	1	-	-	-
Exceção de pré-executividade	Recebidos	7	4	1	4
	Baixados	1	6	-	4
	Pendentes	6	5	4	-

3.7 Recursos interpostos (Fonte: Hórus)

PERÍODO: 30/9/2019					
Item	Interpostos	Recebidos	Não recebidos	Baixados	Pendentes
Recurso ordinário	14	15	-	-	42
Recurso adesivo	-	-	-	-	1
Agravo de petição	9	6	-	-	17
Total	23	21	-	-	60

Observa a Corregedoria que a Unidade exerce regular e explícito pronunciamento acerca da admissibilidade dos recursos interpostos, em total observância ao Ato TRT SCR nº 007/2019, art. 3º, XVIII.

3.8 Fase de execução (Fonte: e-Gestão)



Item	2016	2017	2018	2019 até 30/9
Execuções pendentes	925	1.436	2.070	2.210
Execuções iniciadas	533	1.095	758	767
Desarquivados	-	13	55	95
Recebidos de outros Órgãos	1	407	26	1
Execução de título extrajudicial	-	3	-	1
Execuções encerradas	186	469	897	1.580
Remetidos a outros Órgãos	1	-	-	-
Processos arquivados provisoriamente	39	131	481	599
Total de processos pendentes de execução	1.436	2.070	2.210	3.119

3.9 Cartas precatórias (Fonte: e-Gestão)

Item	2016	2017	2018	2019 até 30/9
Recebidas	70	69	62	35
Devolvidas	73	86	76	39
Pendentes de devolução	58	38	24	21

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

Item (SUAP e PJe)	2016	2017	2018	2019 até 30/9
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência – rito sumaríssimo	67,65	74,78	70,16	55,16
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência – exceto rito sumaríssimo	58,50	51,74	92,40	58,59
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução – rito sumaríssimo	61,58	50,25	39,16	11,93
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução – exceto rito sumaríssimo	109,49	146,89	66,76	72,50
Do ajuizamento até o encerramento da instrução – rito sumaríssimo	117,12	117,62	108,71	74,09
Do ajuizamento até o encerramento da instrução –				



exceto rito sumaríssimo	179,19	209,80	151,53	145,69
Da conclusão a prolação de sentença – rito sumaríssimo	12,40	26,86	20,68	23,51
Da conclusão a prolação de sentença – exceto rito sumaríssimo	35,51	60,13	30,35	23,25
Do ajuizamento até a prolação da sentença – rito sumaríssimo	116,29	128,29	114,56	87,07
Do ajuizamento até a prolação da sentença – exceto rito sumaríssimo	180,62	253,59	175,10	163,88

4.2 Duração do processo na fase de conhecimento – TMDP1c (Fonte: Hórus)

Em consideração aos indicadores estabelecidos no Planejamento Estratégico do Tribunal (2015-2020), em especial o “Indicador 03” que mede o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento (TMDP1c – do ajuizamento da ação até a prolação da sentença), temos os seguintes números para o ano **2019** (até setembro): **87** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **164** dias para os processos exceto rito sumaríssimo, apresentando um total de **140** dias para os dois ritos. O prazo parcial praticado pela Unidade no ano de **2019 (até setembro)** é inferior ao verificado no ano-base de **2018**, que foi de **115** dias para o rito sumaríssimo e de **175** dias para os processos exceto rito sumaríssimo, perfazendo uma média de **165** dias para os dois ritos.

Relação dos principais processos que estão impactando no TMDP1c:

Vara	Código	Descrição	Classe	Processo	Tarefa
VARA DO TRABALHO DE GUARABIRA	90060	Processos aguardando a 1ª S...	Ação Trabalhista - Rito Or...	0130002-94.2015.5.13.0018	Aguardando final do sobre...
VARA DO TRABALHO DE GUARABIRA	90060	Processos aguardando a 1ª S...	Ação Trabalhista - Rito Or...	0130129-56.2015.5.13.0010	Arquivo definitivo
VARA DO TRABALHO DE GUARABIRA	90060	Processos aguardando a 1ª S...	Ação Trabalhista - Rito Or...	0130793-24.2014.5.13.0010	Arquivo definitivo
VARA DO TRABALHO DE GUARABIRA	90061	Processos aguardando o ence...	Ação Trabalhista - Rito Or...	0000537-22.2016.5.13.0010	Aguardando término dos p...
VARA DO TRABALHO DE GUARABIRA	90061	Processos aguardando o ence...	Ação Trabalhista - Rito Or...	0000713-98.2016.5.13.0010	Aguardando audiência
VARA DO TRABALHO DE GUARABIRA	90061	Processos aguardando o ence...	Ação Trabalhista - Rito Su...	0130381-59.2015.5.13.0010	Aguardando término dos p...
VARA DO TRABALHO DE GUARABIRA	90061	Processos aguardando o ence...	Consignação em Pagamento	0000118-02.2016.5.13.0010	Aguardando término dos p...
VARA DO TRABALHO DE GUARABIRA	90061	Processos aguardando o ence...	Consignação em Pagamento	0000799-69.2016.5.13.0010	Aguardando audiência
VARA DO TRABALHO DE GUARABIRA	90062	Processos com instrução proc...	Ação Trabalhista - Rito Or...	0130330-48.2015.5.13.0010	Publicar DJe - AR
VARA DO TRABALHO DE GUARABIRA	90062	Processos com instrução proc...	Ação Trabalhista - Rito Or...	0130828-47.2015.5.13.0010	Aguardando prazo recursal
VARA DO TRABALHO DE GUARABIRA	90062	Processos com instrução proc...	Ação Trabalhista - Rito Or...	0130980-32.2014.5.13.0010	Arquivo definitivo



4.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO (Fonte: e-Gestão)

Prazo médio	2016	2017	2018	2019 até 30/9
Do início até o encerramento da liquidação – rito sumaríssimo	-	53,75	151	98
Do início até o encerramento da liquidação – exceto rito sumaríssimo	-	74,86	116	165

4.4 FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: e-Gestão)

Prazo médio (SUAP e PJe)	2016	2017	2018	2019 até 30/9
Do início até o encerramento da execução – ente privado	931,90	774,71	1.170,77	1.226,25
Do início ao encerramento da execução – ente público	1.276,17	1.344,18	935,70	1.106,09

Quanto à análise por rito processual, o tempo médio de duração do processo na fase de execução (TMDP1e – do início da fase até o encerramento da execução), no exercício **2019** (até setembro), foi de: **884** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **865** dias para aqueles exceto rito sumaríssimo, apresentando um total de **1.075** dias. No exercício de **2018**, o tempo médio foi de **600** dias para o rito sumaríssimo e de **464** dias para os processos exceto rito sumaríssimo, o que totalizou **481** dias para os dois ritos.

5 PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: e-Gestão)

VALORES PAGOS (R\$)					
Item	Sistema	2016	2017	2018	2019 até 30/9
Acordo	SUAP (legado)	-	-	-	-
	PJe	2.015.939,87	1.769.467,69	2.579.763,48	3.109.915,75
Espontâneo	SUAP	505.515,51	-	59.484,29	-



	(legado)				
	PJe	946.724,89	1.239.753,78	1.340.720,91	697.628,12
Execução	SUAP (legado)	424.508,49	354.670,41	1.483.031,98	1.025.089,45
	PJe	100.659,67	402.187,40	2.055.082,10	1.447.380,28
TOTAL		3.993.348,43	3.766.079,28	7.518.082,76	6.280.013,60

ARRECADAÇÕES (R\$)					
Item	Sistema	2016	2017	2018	2019 até 30/9
Custas processuais	SUAP (legado)	3.207,21	600,00	4.605,12	4.850,85
	PJe	20.329,05	25.698,60	48.200,92	27.394,99
Contribuição previdenciária	SUAP (legado)	174.721,95	35.655,13	130.512,70	163.139,32
	PJe	211.147,15	188.095,97	534.346,32	625.203,89
Imposto de Renda	SUAP (legado)	3.120,54	-	-	-
	PJe	-	-	832,08	74.020,36
TOTAL		412.525,90	250.049,70	718.497,14	894.609,41
Custas processuais dispensadas	SUAP (legado)	602,00	44.824,38	11.829,68	290.654,12
	PJe	354.322,59	468.277,13	447.344,09	294.253,35
TOTAL		354.924,59	513.101,51	459.173,77	584.907,47

Observação: Não há registro de arrecadação de emolumentos nos anos de 2016 a 2019.

6 DILIGÊNCIAS – NÚMERO E PRAZO PARA CUMPRIMENTO

Verifica o Desembargador Corregedor que, no período correccionado, foram realizadas **1.455** diligências – **197** no SUAP e **1.258** no PJe – por **03** oficiais de justiça avaliadores federais lotados na Unidade. Em termos de média simples, tem-se registrada uma média mensal de **74** diligências, distribuídas nos **17** meses objeto da correição atual.

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a distribuição das diligências é automática no sistema PJe e no SUAP. Registrou, também, que os



oficiais de justiça alimentam a produtividade por meio do portal – oficial de justiça – na Intranet, onde as diligências do PJe são transferidas para o Sistema SUAP.

No período correicionado anterior (1º/11/2017 a 30/4/2018 – 6 meses), foram realizadas **1.084** diligências, o que resultou em uma média de **180,66** diligências por mês.

Nos limites estabelecidos pela Recomendação TRT SCR nº 08/2013, a produtividade dos oficiais de justiça, no período correicionado, apresenta-se assim demonstrada no SUAP e no PJe:

Quadro Demonstrativo de Diligências no SUAP				
Oficial de Justiça	Peso	Diligência Realizada	Total (Peso)	Prazo Médio para Cumprimento (em dias)
Gustavo de Moraes Bittencourt	00	14	0	9,16
	10	2	20	4,05
	20	56	1.120	9,45
	30	17	510	13,07
	40	1	40	13,94
	50	1	50	1,23
	Total	91	1.740	-
José Fernandes de Oliveira	0	14	0	264,48
	10	9	90	12,1
	20	69	1.380	13,69
	30	14	420	48,86
	Total	106	1.890	-
José Spartaco Cardoso	00	83	0	4,77
	10	29	290	6,53
	20	112	2.240	9,68
	30	118	3.540	6,82
	40	1	40	8,17
	50	2	100	54,01
	Total	345		-



Quadro Demonstrativo de Diligências no PJe		
Oficial de Justiça	Diligência	Realizada
Gustavo de Moraes Bittencourt	Mandado	137
José Fernandes de Oliveira	Mandado	542
José Spartaco Cardoso	Mandado	579
TOTAL		1.258

Registre-se, na oportunidade, que o oficial de justiça avaliador federal José Fernandes de Oliveira aposentou-se voluntariamente no dia 19/9/2019.

7 DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO (ATO TRT SCR Nº 18 E ART. 24 DA CONSOLIDAÇÃO DOS PROVIMENTOS DA CGJT) Fontes: SUAP, PJe e e-Gestão

7.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou o Desembargador Corregedor que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

Item	Sistema	Quantidade
BACENJUD	SUAP	54
	PJe	480
	TOTAL	534
INFOJUD	SUAP	82
	PJe	14
	TOTAL	96
RENAJUD	SUAP	29
	PJe	18
	TOTAL	47
BNDT	1. Processos com registro de dados	499
	2. Processos com inclusão de devedor	301
	3. Processos com exclusão de devedor	230
	4. Processos com devedores inscritos	887
	TOTAL	1.917



Observação: Os números relativos aos sistemas Renajud e Infojud no PJe referem-se aos processos analisados na correição (100).

Verificou a Corregedoria Regional que a Unidade procede ao registro fidedigno dos principais atos processuais praticados, como liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos.

8 PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

8.1 Processos analisados

Foram analisados **100** processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 007/2019, havendo a prolação de **39** despachos correicionais no PJe. Concede o Desembargador Corregedor o prazo de 10 dias para o cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

Segundo informações prestadas pelo Supervisor da Ouvidoria, conforme artigo 2º, II, a, do Ato TRT SCR nº 007/2019, nos últimos seis meses, não foram registradas denúncias na Ouvidoria.

9 METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2018 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no exercício anterior	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	147,38%
Unidade Correicionada	152,77%

Meta 1/2019 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Unidades de primeiro grau do TRT	112,42%
Unidade Correicionada	87,15%



Para efeito de controle da **Meta 1/2019**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **699** casos novos (por distribuição) e **644** (primeiro julgamento), atingindo o percentual de **87,15%**.

Meta 2/2019 – Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017

IPA – Índice de julgamento de processos antigos

Unidades de primeiro grau do TRT	106,27%
Unidade Correicionada	105,63%

Meta 3/2019 – Manter o índice de conciliação, na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2016/2017 – Meta estabelecida para o TRT 37%

Índice de conciliação – 29,12%

OIPC – Índice de processos conciliados

Unidades de primeiro grau do TRT	102,51%
Unidade Correicionada	78,70%

Observação: Quanto ao percentual de conciliação, verifica-se que, durante o ano de 2018, a Vara correicionada obteve um índice de conciliação de 23,21% dos processos solucionados, índice este abaixo da Meta 3 do CNJ para o TRT13 (41%). Em relação ao ano de 2019, o percentual apurado até o momento (29,12%) encontra-se abaixo do estipulado para o TRT13 (37%). Nesse ponto, observa o Desembargador Corregedor que a Vara do Trabalho de Guarabira não vem alcançando o cumprimento da meta estabelecida, razão pela qual exorta os integrantes da Unidade a envidarem esforços para a melhoria dos números apresentados.

Meta 5/2018 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

IPJ – Índice de Processos Julgados

Unidades de primeiro grau do TRT	132,31%
Unidade Correicionada	125,18%

Meta 5/2019 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

IPJ – Índice de Processos Julgados



Unidades de primeiro grau do TRT	111,15%
Unidade Correicionada	197,75%

9.1 COMPARATIVO – BUSCAS DE BOAS PRÁTICAS – FASE CONHECIMENTO

LEVANTAMENTO DE DADOS NO PERÍODO DE 1º/9/2018 A 30/9/2019								
Vara	Solucionados	Extinto com resolução de mérito, procedente e procedente em parte	Liquidas	Percentual Liquida x Resolução de Mérito, Procedente em parte	TMDP1c - tempo médio de duração do processo 1º grau na fase de conhecimento (em dia)	Quantidade de audiência	Quantidade de audiência UNA	Percentual de Audiência UNA
1ª Vara de Santa Rita	1690	1168	477	40,84%	166	1898	1180	62,17%
Vara de Guarabira	1040	661	277	41,91%	144	1452	940	64,74%
Vara de Patos	1225	887	380	42,84%	166	1651	1161	70,32%

10 IGEST

O Sistema IGest é uma ferramenta desenvolvida pela Corregedoria Geral de Justiça, que se propõe a apresentar um referencial numérico do desempenho de cada Vara, condensando os seguintes indicadores: **Acervo, Celeridade, Produtividade, Taxa de Congestionamento e Força de Trabalho.**

De acordo com a nova ferramenta, a Vara do Trabalho de Guarabira apresenta o seguinte desempenho em relação às demais Unidades de mesmo grupo, levando-se em conta o período de outubro 2018 a setembro de 2019.

MESOINDICADORES POR COLOCAÇÃO

Período de Referência: 01/10/18 até 30/09/19

Data da última atualização do relatório: 23/10/19

TRT -> Vara do Trabalho	Faixa de Casos Novos: Out/2015 a Set/2018	Acervo (Peso 0,2)	Celeridade (Peso 0,2)	Produtividade (Peso 0,2)	Taxa de Congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST
13a - PB -> Sousa - 01a Vara	1001 a 1500	1º	1º	3º	1º	1º	1º
13a - PB -> Guarabira - 01a Vara	1001 a 1500	3º	2º	2º	2º	2º	2º
13a - PB -> Patos - 01a Vara	1001 a 1500	2º	3º	1º	3º	3º	3º

MESOINDICADORES POR RESULTADO

Período de Referência: 01/10/18 até 30/09/19

Ordenado pelo IGEST

Data da última atualização do relatório: 23/10/19

TRT -> Vara do Trabalho	Faixa de Casos Novos: Out/2015 a Set/2018	Acervo (Peso 0,2)	Celeridade (Peso 0,2)	Produtividade (Peso 0,2)	Taxa de Congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST	
							Resultado	Colocação
13a - PB -> Sousa - 01a Vara	1001 a 1500	0,1221	0,2710	0,6317	0,2346	0,2817	0,3082	1º
13a - PB -> Guarabira - 01a Vara	1001 a 1500	0,5769	0,4655	0,4639	0,5931	0,6191	0,5437	2º
13a - PB -> Patos - 01a Vara	1001 a 1500	0,5408	0,6988	0,4596	0,7864	0,6214	0,6214	3º



11 RECOMENDAÇÕES

Aos Juízes:

1 Recomendações gerais:

- a) adotem o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- b) observem as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013 no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico sentenças.dsst@mte.gov.br do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico insalubridade@tst.jus.br, a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;
- c) observem as recomendações e provimentos editados recentemente pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT SCR nº 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários;
- d) priorizem a realização de audiências unas, a fim de reduzir o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento;
- e) incluam em pauta processos na fase de execução em que se verifique potencial conciliatório (art. 26, V, e, da Consolidação dos Provimentos da CGJT);
- f) incrementem o uso dos sistemas eletrônicos (Bacenjud, Renajud, Infojud, Simba, SABB), de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase execução;
- g) priorizem a redução dos prazos médios nos processos em tramitação na Unidade;
- h) determinem o arquivamento provisório dos processos cujos executados se encontram em recuperação judicial, a teor do que estabelece o art. 82 da Consolidação dos Provimentos da CGJT.



2 Recomendações específicas:

- a) observem o estabelecido na Resolução Administrativa TST nº 1470/2011 quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso;
- b) monitorem e exijam o cumprimento dos despachos no prazo assinalado no art. 228 do CPC, de forma a evitar que os feitos permaneçam indevidamente paralisados;
- c) priorizem a prolação de decisões líquidas na fase de conhecimento, visando dar maior agilidade à fase de execução.

Ao Diretor de Secretaria

1 Recomendações gerais:

- a) monitore os relatórios fornecidos pelo Hórus e e-Gestão, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade e corrija-las;
- b) observe as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;
- c) oriente a equipe a dispensar maior atenção quando do cumprimento das determinações de alteração/exclusão da parte executada no BNDT nos processos migrados do sistema legado (SUAP) para o PJe, atentando-se para o fato de que esses registros deverão ser efetuados no SUAP.

2 Recomendações específicas:

- a) examine os relatórios fornecidos pelo Sistema Hórus relativos ao BNDT, a fim de evitar a permanência indevida de registros de executados nos processos com execuções encerradas definitivamente, evitando o ocorrido nos processos 0004600-37.2009.5.13.0010, 0000200-72.2012.5.13.0010, 0000072-52.2017.5.13.0018, dentre outros;



- b) oriente a equipe a executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados;
- c) monitore, com regularidade, o relatório “Processos Pendentes – BNDT – Exec” do Saopje, para verificar a existência, na Unidade, de processos com pendências de inclusão no BNDT, procedendo à regularização dos processos 0130016-49.2013.5.13.0018, 0130009-23.2014.5.13.0018, dentre outros;
- d) monitore, no PJe, as caixas “Análise de Conhecimento”, “Análise de Liquidação” e “Análise de Execução”, objetivando mantê-las sem processos e subpastas, em razão da sua natureza transitória, dando prosseguimento de imediato aos feitos que ali se encontrem;
- e) no sistema PJe, exerça efetivo controle do “Escaneamento”, importante ferramenta de gestão processual, mantendo-o sempre atualizado;
- f) proceda, nos termos do art. 42-A do Provimento Consolidado, à conclusão dos autos para julgamento no prazo de 24 horas, tão logo encerrada a instrução ou apresentadas as razões finais em momento posterior, conforme o caso, evitando o ocorrido no processo 0000682-73.2019.5.13.0010, sob pena de responsabilidade;
- g) fiscalize e controle a indicação de prazos na aba “Expedientes”, inclusive observando o prazo legal ou aquele assinalado pelo Juiz, evitando o ocorrido nos processos 0000264-82.2017.5.13.0018, 0000266-19.2016.5.13.0008, 0000634-51.2018.5.13.0010, dentre outros;
- h) oriente a equipe a dispensar maior atenção quando da juntada de cartas precatórias devolvidas, evitando informações equivocadas quanto ao seu cumprimento, conforme verificado no processo 0130655-23.2015.5.13.0010, dentre outros.

Aos servidores da Vara:

1 Recomendações específicas:

- a) procedam ao lançamento, com regularidade, no sistema PJe, dos pagamentos e levantamentos de créditos trabalhistas, inclusive daqueles decorrentes do



pagamento de acordos, bem como os recolhimentos fiscais, previdenciários e de custas, tanto na fase de conhecimento como na de execução, evitando o ocorrido nos processos 0000582-55.2018.5.13.0010, 0000511-19.2019.5.13.0010, dentre outros;

b) dediquem maior atenção quando do cumprimento das determinações judiciais relativas à inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT;

c) quando da oposição de embargos à execução, após o decurso do prazo de resposta da parte contrária, procedam à imediata conclusão do feito ao magistrado para julgamento, evitando o ocorrido nos processos 0130653-53.2015.5.13.0010, 0000069-97.2017.5.13.0018;

d) dispensem maior atenção quando da elaboração de expedientes, evitando o ocorrido no processo 0130023-31.2014.5.13.0010, no qual houve a expedição de cartas precatórias executórias com falhas no endereço das partes.

Aos oficiais de justiça:

1 Recomendação específica:

a) evitem esforços para o cumprimento das diligências no prazo estabelecido pelo art. 43 do Provimento Consolidado deste Regional (art. 721, §§ 2º e 3º, da CLT) e Recomendação TRT SCR nº 008/2013.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Desembargador Vice-Presidente e Corregedor ressalta um evidente esforço da Vara do Trabalho de Guarabira para a melhoria na qualidade da prestação jurisdicional em relação à última visita correicional, destacando-se no cumprimento das Metas 1/2018 do CNJ (**152,77%**) e 2/2019 (**105,63%**), bem como na redução do tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento – de **165** dias em 2018 para **140** dias no exercício de 2019 (até setembro).



Por outro lado, registra que a Unidade necessita continuar envidando esforços para o aperfeiçoamento do índice de conciliação (**29,12%**) relativo ao ano de 2019, especificamente de janeiro a setembro, que se apresenta em patamar inferior ao desejado pelo Regional (**37%**). Em razão disso, o Corregedor recomenda aos magistrados e servidores que intensifiquem a adoção de medidas mais efetivas voltadas à pacificação dos conflitos, em consonância com o fim social que norteia a Justiça do Trabalho, para que, ao final deste ano, a Unidade alcance a Meta 3 do CNJ, cujo índice parcial é de **78,70%**.

Quando da análise dos autos correicionados, o Corregedor, não obstante constata uma expressiva melhora na condução dos feitos, verifica a existência de processos paralisados indevidamente, como também equívocos e atrasos no cumprimento das determinações judiciais. Em razão disso, ressalta a necessidade de melhorias quanto à celeridade, efetividade e qualificação da prestação jurisdicional.

Diante dessas considerações, o Desembargador Vice-Presidente e Corregedor enaltece o serviço prestado por todos aqueles que integram a Vara do Trabalho de Guarabira, ressaltando, na oportunidade, que a busca da otimização das rotinas procedimentais garantirá a celeridade processual e um atendimento de qualidade aos jurisdicionados.

13 VISITA CORRECIONAL

O Desembargador Vice-Presidente e Corregedor visitou a Vara do Trabalho de Guarabira, oportunidade em que se reuniu com o Juiz Titular, Juiz Substituto, Diretora de Secretaria Substituta e servidores, orientando-os quanto às melhores práticas e dispondo-se a colher críticas e sugestões para o aperfeiçoamento dos serviços.

14 AGRADECIMENTOS



O Excelentíssimo Desembargador Corregedor agradece ao Juiz Titular Antônio Cavalcante da Costa Neto, ao Juiz Substituto Albérico Viana Bezerra, à Diretora de Secretaria Substituta Germana Lúcia Batista de Almeida e aos servidores pelo tratamento cordial durante os trabalhos de correição.

15 ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos, nesta data, e eu, Silvano José Soares de Figueiredo Gomes, Secretário Substituto da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor, que deixa assinado o prazo de 8 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, oferecer suas considerações. A presente Ata será afixada no átrio desta Unidade Judiciária por igual prazo, publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

LEONARDO JOSÉ VIDERES TRAJANO
Desembargador Vice-Presidente e Corregedor